

**85º CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
– 2006**

O Procurador-Geral de Justiça Substituto e Presidente da Comissão do 85º Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público – 2006, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao disposto no art. 9º - § 2º do Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público, ((NG))**AVISA**((CL)) que faz publicar as questões objetivas da prova preambular do 85º Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público – 2006, realizada em 03 de dezembro de 2006, e os respectivos gabaritos.

versão 1

Direito Penal

01. Tendo em vista que, segundo Aníbal Bruno, "o tipo é por definição a fórmula descritiva das circunstâncias objetivas do crime", os tipos anormais:

- (A) são os que contêm elementos normativos, como a expressão "sem justa causa".
- (B) são os que contêm termos jurídicos, como "cheque".
- (C) são os que contêm expressões que exigem juízo de valoração, como "dignidade".
- (D) são os que contêm termos relativos a outras ciências, como "saúde".
- (E) todas as alternativas acima são hipóteses de tipos anormais.

02. Em relação à aplicação da pena, assinale a alternativa incorreta:

- (A) a presença da reincidência não é levada em conta na análise das chamadas circunstâncias judiciais (art. 59 do Código Penal).
- (B) os motivos do crime podem constituir uma agravante.
- (C) a presença de circunstâncias agravantes não autoriza a aplicação de pena acima do máximo cominado.
- (D) o comportamento da vítima não interfere na análise das circunstâncias judiciais (art. 59 do Código Penal).
- (E) as conseqüências do crime são levadas em conta na análise das circunstâncias judiciais (art. 59 do Código Penal).

03. Em relação ao princípio da insignificância ou de bagatela, assinale a alternativa incorreta:

- (A) seu reconhecimento exclui a tipicidade, constituindo-se em instrumento de interpretação restritiva do tipo penal.
- (B) somente pode ser invocado em relação a fatos que geraram mínima perturbação social.
- (C) sua aplicação não é prevista no Código Penal, mas é amplamente admitida pela doutrina e jurisprudência.
- (D) somente tem aplicabilidade em crimes contra o patrimônio.
- (E) exige, para seu reconhecimento, que as conseqüências da conduta tenham sido de pequena relevância.

04. Em relação à responsabilidade penal das pessoas jurídicas, analise as seguintes afirmações e assinale a alternativa correta.

- I. Não é admitida no Direito Brasileiro, em face da adoção pela lei dos princípios da personalidade e da culpabilidade, e da assertiva *societas delinquere non potest*.
- II. O reconhecimento da responsabilidade penal de pessoa jurídica por crime de poluição implica, pela impossibilidade de *bis in idem*, na não responsabilização penal pessoal dos diretores da sociedade, pelos mesmos fatos.
- III. O Direito Penal Brasileiro admite a responsabilização penal da pessoa jurídica, prevendo a aplicação, exclusivamente, das penas de multa e prestação de serviços à comunidade.

- (A) Apenas a afirmação I é incorreta.
- (B) Apenas a afirmação II é incorreta.
- (C) Todas as afirmações são incorretas.
- (D) Apenas a afirmação III é correta.
- (E) Apenas as afirmações II e III são corretas.

05. Considere os seguintes enunciados, relacionados com o regime das penas privativas da liberdade, aplicadas a autor de crime que não seja hediondo ou a ele equiparado, e assinale a alternativa correta.

- I. O condenado a pena igual a 8 anos, ainda que primário, deverá começar a cumpri-la em regime fechado.
- II. O condenado, cuja pena seja superior a 4 anos e não exceda a 8 anos, poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semi-aberto, ainda que reincidente.
- III. O condenado cuja pena seja igual ou inferior a 4 anos, poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semi-aberto, salvo se reincidente.

- (A) Todas as afirmações estão corretas.
- (B) Nenhuma das afirmações está correta.
- (C) Apenas as afirmações I e II estão corretas.

(D) Apenas as afirmações I e III estão corretas.

(E) Apenas as afirmações II e III estão corretas.

06. Em relação ao crime de assédio sexual, previsto no art. 216-A do Código Penal, assinale a alternativa correta:

(A) o sujeito ativo do crime não pode ser mulher.

(B) o sujeito ativo deve se prevalecer de superioridade hierárquica ou ascendência decorrente de emprego, cargo ou função.

(C) somente se consuma com a prática efetiva da vantagem ou favorecimento sexual.

(D) não tem aplicabilidade quando o sujeito ativo e o sujeito passivo pertencem ao mesmo gênero sexual.

(E) para sua caracterização é imprescindível que o sujeito ativo se utilize de violência ou grave ameaça.

07. Em relação ao crime de roubo e suas modalidades, descritas no art. 157 do Código Penal, assinale a alternativa correta:

(A) o emprego de arma imprópria, como uma tesoura, não qualifica o crime.

(B) a prática do crime em concurso com adolescente inimputável não implica reconhecimento da qualificadora do concurso de agentes.

(C) se, após a subtração, durante a fuga, atingida por disparo involuntário de um dos agentes, uma das vítimas vem a falecer, apenas o autor do disparo responderá por latrocínio.

(D) subtraído o bem sem que a vítima se aperceba, a ameaça proferida em seguida para assegurar a subtração caracteriza o crime.

(E) somente se consuma a infração quando o agente se locupleta com a subtração do bem.

08. Em relação aos crimes contra a administração pública, assinale a alternativa incorreta:

(A) na hipótese de crime praticado por funcionário público contra a administração em geral, incide causa de aumento de pena se o autor é ocupante de cargo de direção em fundação instituída pelo poder público.

(B) praticar, deixar de praticar ou retardar ato de ofício em função de pedido ou influência de outrem constitui agravante especial do crime de corrupção passiva.

(C) não caracteriza o crime de resistência o ato de permanecer parado sem colaborar para a execução do ato legal.

(D) para a caracterização do crime de desobediência, não é necessário que o agente atue de forma comissiva.

(E) no crime de desacato exige-se a presença do dolo de ofender, humilhar ou desprestigiar, com o fim de atingir a dignidade da função do sujeito passivo.

09. A propósito do crime de poluição previsto no art. 54 da Lei n.º 9.605/98, analise as seguintes afirmações:

I. O crime se caracteriza quando o agente causa ou produz poluição atmosférica em níveis de que resultem, ou possam resultar danos à saúde humana.

II. O crime se caracteriza quando o agente causa ou produz poluição de qualquer natureza, de que resulte a mortandade de animais.

III. O crime se caracteriza quando o agente causa ou produz poluição de qualquer natureza que venha a provocar destruição de qualquer parcela da flora.

(A) Todas as afirmativas acima são corretas.

(B) As afirmativas I e III são corretas.

(C) As afirmativas II e III são corretas.

(D) Apenas a afirmativa I é correta.

(E) Apenas a afirmativa III é incorreta.

10. Tendo em vista a tutela penal relativa aos crimes raciais, analise as seguintes afirmações:

I. A lei brasileira trata igualmente o preconceito derivado de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

II. A lei brasileira pune qualquer tipo de preconceito, inclusive quando derivado de culpa.

III. A lei brasileira dá prevalência à proteção aos grupos historicamente estigmatizados pelo preconceito e discriminação raciais.

(A) Apenas a afirmativa I é correta.

(B) Todas as afirmativas são incorretas.

(C) As afirmativas I e III são incorretas.

(D) Apenas a afirmativa II é incorreta.

(E) As afirmativas II e III são corretas.

11. Nos termos do que prevê a Lei n.º 9.455/97, que define os crimes de tortura, é correto afirmar que:

(A) a prática de tortura mediante seqüestro qualifica o crime.

(B) o homicídio praticado mediante tortura passou a ser disciplinado por esse estatuto legal.

(C) somente se caracteriza a tortura quando dela resultar lesão corporal.

(D) quando a lesão decorrente da tortura for de natureza leve, somente se procede mediante representação da vítima.

(E) o agente ativo do crime deve ser, obrigatoriamente, agente público.

12. Em relação ao estatuto do desarmamento, Lei n.º 10.826/03, assinale a alternativa correta:

(A) não prevê a criminalização da posse de arma de fogo de uso permitido, desde que no interior de residência.

(B) prevê a criminalização da posse irregular de arma de fogo em residência, desde que se trate de arma de uso privativo das Forças Armadas.

(C) equipara a conduta de porte de arma de fogo de uso restrito à de porte de arma de fogo de uso permitido que tenha seus sinais identificadores suprimidos ou alterados.

(D) o porte ilegal de arma de fogo de uso permitido é punível com penas mais graves que as cominadas para a posse de munição destinada a arma de fogo de uso permitido.

(E) pune mais severamente o tráfico internacional de armas de fogo que o comércio ilegal de armas de fogo.

TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS

13. Assinalar a alternativa incorreta.

Em matéria de relações de consumo, a inversão do ônus da prova em favor do consumidor:

(A) visa à facilitação dos direitos do consumidor.

(B) cabe quando, a critério do juiz da causa, a alegação do consumidor for verossímil.

(C) deve ser aplicada quando o consumidor é hipossuficiente.

(D) quando a ação se refere à publicidade enganosa, é automática.

(E) não pode ser aplicada quando o prestador de serviço é o Poder Público.

14. Assinale a alternativa incorreta.

O compromisso de ajustamento de conduta:

(A) precisa ser homologado em juízo.

(B) dispensa a participação de advogados das partes envolvidas.

(C) se constitui em título executivo extrajudicial.

(D) deve ser tomado por termo por órgão público legitimado à ação civil pública.

(E) não exige a presença de testemunhas instrumentárias.

15. Em relação aos atos de improbidade administrativa descritos na Lei n.º 8.429/92, analise as seguintes afirmações e assinale a alternativa correta:

I. Somente se caracterizam como atos de improbidade as condutas que importem em enriquecimento ilícito ou prejuízo ao erário.

II. Somente são aplicáveis as disposições da lei de improbidade aos agentes públicos, tal como definidos no corpo do mencionado texto legal.

III. As disposições da lei de improbidade são aplicáveis àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie.

(A) Apenas a afirmativa I é correta.

(B) As afirmativas I e II são corretas.

(C) Apenas a afirmativa II é correta.

(D) As afirmativas I e III são corretas.

(E) Apenas a afirmativa III é correta.

16. Assinale qual dos direitos mencionados não se encontra previsto no estatuto do idoso:

(A) é assegurado o ingresso gratuito e o acesso preferencial aos idosos, de ao menos 5% dos lugares nos teatros, ginásios e estádios públicos ou mantidos pelo poder público, em eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer.

(B) o poder público deve fornecer aos idosos, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

(C) o primeiro critério de desempate em concurso público será a idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada.

(D) aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

(E) é assegurada a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de 5% das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso.

Direito Processual Penal

17. Assinale a afirmação correta.

(A) A autoridade policial pode indeferir a instauração de inquérito policial por entender de difícil apuração o fato criminoso noticiado.

(B) O juiz deve arquivar o inquérito policial, de ofício, quando se convença da falta de justa causa para a persecução penal.

(C) O Delegado de Polícia deve arquivar o inquérito policial quando as investigações tornem patente a inexistência de crime.

(D) A requisição de inquérito pelo Ministério Público é modalidade de delação postulatória.

(E) Nos crimes de ação penal pública incondicionada o inquérito policial é dispensável quando o Ministério Público dispõe de elementos informativos idôneos para embasar a denúncia.

18. Assinale a afirmação incorreta.

(A) Compete à Justiça Estadual processar e julgar crime de roubo contra agência do Banco do Brasil estabelecida neste Estado.

(B) O desaforamento é causa modificativa da competência.

(C) Compete à Justiça Comum Estadual o julgamento de policial militar pelo crime de abuso de autoridade cometido no exercício de função de policiamento civil.

(D) Compete ao Tribunal de Justiça o julgamento de crime contra a administração pública imputado a ex-Prefeito Municipal, se proposta a ação penal ainda no curso do mandato eletivo.

(E) Os incidentes da execução são julgados pelo juiz competente do local em que está sendo cumprida a pena.

19. Assinale a afirmação correta.

(A) Compete à Justiça Estadual julgar o falso testemunho prestado perante juiz estadual no exercício de jurisdição eleitoral.

(B) Compete ao Tribunal de Justiça com jurisdição sobre o território onde consumado o crime julgar Juiz de Direito e Promotor de Justiça de outro Estado.

(C) Compete ao Tribunal de Justiça julgar a exceção da verdade interposta em processo por crime de calúnia imputado a Juiz de Direito sujeito à sua jurisdição.

(D) Compete à Justiça Militar Estadual julgar policial militar acusado de homicídio doloso, cometido no exercício da função de policiamento civil.

(E) Compete ao Tribunal de Justiça o julgamento do autor de crime doloso contra a vida que não goza de foro privilegiado por prerrogativa de função, quando praticado o crime em concurso com pessoa com direito àquele foro privilegiado.

20. Assinale a afirmação incorreta.

(A) A lavratura do termo circunstanciado nas infrações penais de menor potencial ofensivo perseguíveis mediante ação privada prescinde da prévia manifestação de vontade da vítima.

(B) A lavratura do termo circunstanciado nas infrações de pequeno potencial ofensivo perseguíveis mediante ação pública condicionada à representação prescinde da existência desta condição de procedibilidade.

(C) Não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança, ao autor da infração de pequeno potencial ofensivo que assumir o compromisso de comparecer ao Juizado Especial.

(D) A ausência da vítima, devidamente intimada, à audiência de conciliação, importa em renúncia ao direito de queixa.

(E) Nas infrações de pequeno potencial ofensivo, a vítima decai do direito de queixa ou representação no prazo de 6 meses, contados do dia em que veio a saber quem é au tor do crime praticado na vigência da Lei n.º 9.099/95.

21. Assinale a afirmação incorreta.

(A) O direito à ampla defesa abrange a autodefesa.

(B) A retirada do réu da sala de audiência não precisa ser motivada pelo juiz.

(C) O direito de o réu estar presente à produção da prova testemunhal decorre do direito à autodefesa.

(D) O direito à autodefesa é renunciável.

(E) A retirada do réu da sala de audiência, quando sua presença ou atitude possa prejudicar a verdade do depoimento, não viola o direito à autodefesa.

22. Assinale a afirmação correta.

(A) Ao relaxar o flagrante, por vício material ou formal, o juiz pode substituir a prisão cautelar pela liberdade provisória mediante a obrigação de comparecimento.

(B) O deferimento da liberdade provisória mediante a obrigação de comparecimento constitui faculdade do juiz, que, em seu prudente arbítrio, pode negá-la, mesmo quando a manutenção da prisão em flagrante não se mostre necessária.

(C) O descumprimento injustificado da obrigação de comparecer aos atos do processo importa na revogação da liberdade provisória e restabelecimento da prisão em flagrante.

(D) O juiz pode prescindir da audiência do Ministério Público para conceder a liberdade provisória mediante a obrigação de comparecimento.

(E) A revogação da liberdade provisória mediante a obrigação de comparecimento independe de fato novo.

23. Assinale a afirmação correta.

(A) O princípio da persuasão racional ou livre convicção do juiz não sofre qualquer limitação no processo penal brasileiro.

(B) A imparcialidade do juiz é incompatível com sua iniciativa na produção de prova.

(C) O exame necroscópico é a única prova admissível da materialidade do crime de homicídio.

(D) A incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias, para o fim do art. 129, § 1.º, I, do Código Penal só pode ser provada por exame complementar realizado no trigésimo primeiro dia após o fato.

(E) O estado das pessoas deve ser provado por certidão do assento do registro civil.

24. Assinale a resposta incorreta.

A soberania dos veredictos do Júri impede o Tribunal de Justiça:

- (A) Reconhecer continuidade delitiva pleiteada pelo réu.
- (B) Absolver réu condenado pelo Júri.
- (C) Cancelar qualificadora do homicídio afirmada pelo Júri.
- (D) Agravar a pena imposta no julgamento, porque configurada causa especial de aumento não questionada ao Júri.
- (E) Condenar o réu por crime culposo julgado pelo Júri, por ser o veredicto absolutório manifestamente contrário à prova.

25. Assinale a resposta correta.

A declaração na pronúncia do dispositivo legal em cuja sanção está incurso o réu compreende:

- (A) A menção do tipo legal (simples ou qualificado) e das circunstâncias agravantes e atenuantes configuradas na hipótese.
- (B) A menção do tipo legal privilegiado.
- (C) A menção do tipo legal (simples ou qualificado) e das causas especiais de aumento ou diminuição de pena presentes na hipótese.
- (D) Só a menção do tipo legal, simples ou qualificado.
- (E) Na pluralidade de imputações, a menção dos diversos tipos legais e a indicação de configurarem concurso material, concurso formal, ou continuidade delitiva.

26. Assinale a resposta incorreta.

O juiz não pode na sentença:

- (A) Condenar, nos crimes de ação pública, se o Ministério Público opinou pela absolvição.
- (B) Condenar, nos crimes de ação privada, se o querelante não formulou pedido de condenação nas alegações finais.
- (C) Reconhecer agravante não alegada.
- (D) Dar ao fato definição jurídica diversa da que constar da denúncia ou queixa quando tenha de aplicar pena mais grave.
- (E) Dar ao fato definição jurídica diversa da denúncia ou queixa ainda que a pena a ser aplicada seja menos grave.

27. Assinale a resposta correta.

A observância da proibição da "reformatio in pejus indireta" impede:

- (A) O agravamento da pena no segundo julgamento quando anulado o primeiro em apelo da acusação.

- (B) O reconhecimento no segundo Júri de qualificadora negada no primeiro, anulado em apelo do réu.
- (C) O agravamento da pena no segundo julgamento, anulado o primeiro em apelo do réu.
- (D) A exacerbação no segundo julgamento da pena-base imposta no primeiro, ficando inalterada a pena final, se anulada a sentença anterior em apelo do réu.
- (E) O reconhecimento da prescrição retroativa pela pena concretizada no segundo julgamento, anulado o primeiro em apelo do réu.

28. Assinale a afirmação incorreta.

- (A) As apelações das sentenças de absolvição ou condenação podem ser interpostas de todo o julgado ou de parte dele.
- (B) O âmbito de devolução do apelo é fixado na petição ou termo de sua interposição.
- (C) O âmbito de devolução do apelo é fixado nas razões.
- (D) Interposto e recebido o apelo, o defensor constituído pode dele desistir, no todo ou em parte, desde que munido de procuração com poderes especiais.
- (E) A falta do oferecimento de razões não impede o conhecimento do apelo.

Direito da Infância e da Juventude

29. Assinale a afirmação incorreta.

- (A) Todos os direitos da criança e do adolescente reconhecidos na Lei n.º 8.069/90 são indisponíveis.
- (B) O Ministério Público é defensor constitucional dos direitos da criança e do adolescente na exata medida da indisponibilidade desses direitos.
- (C) A atuação do Promotor de Justiça deve ter em conta a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoa em desenvolvimento.
- (D) O Promotor de Justiça não poderá pedir a improcedência de ação civil pública proposta pelo Ministério Público para a proteção de interesses difusos relativos à infância e à adolescência.
- (E) A falta de intervenção do Ministério Público nos processos da Vara da Infância e da Juventude acarreta nulidade.

30. Assinale a afirmação correta.

- (A) O Ministério Público somente proporá ação sócio-educativa contra o autor de ato infracional descrito na Lei n.º 8.069/90 como crime de ação privada se a vítima autorizar.
- (B) Considera-se criança, para os efeitos dessa Lei, a pessoa até catorze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre catorze e dezoito anos de idade.

(C) As medidas sócio-educativas poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo.

(D) A desinternação do adolescente infrator será determinada sem a prévia manifestação do Ministério Público.

(E) Só se pune a prática de ato infracional por criança com as medidas sócio-educativas de advertência e liberdade assistida, aplicadas isolada ou cumulativamente.

31. Assinale a afirmação incorreta.

(A) As medidas sócio-educativas privativas da liberdade estão sujeitas aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar do adolescente como pessoa em desenvolvimento.

(B) A medida sócio-educativa de internação deve ser aplicada com prazo determinado, entre o mínimo de seis meses e o máximo de três anos.

(C) A medida sócio-educativa de internação só caberá se não houver outra medida adequada.

(D) Na aplicação da medida sócio-educativa para o adolescente infrator, considera-se sua capacidade para cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

(E) Ato infracional é a conduta legalmente descrita como crime ou contravenção penal.

32. Assinale afirmação incorreta.

(A) Na Justiça da Infância e da Juventude, a competência será determinada pelo domicílio dos pais ou responsável pela criança ou adolescente e, à falta dos pais ou responsável, pelo lugar onde se encontre a criança ou adolescente.

(B) Nos casos de ato infracional, será competente a autoridade do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

(C) A execução das medidas sócio-educativas poderá ser delegada à autoridade competente da residência dos pais ou responsável, ou do local onde for sediada a entidade que abrigar a criança ou adolescente.

(D) A Justiça da Infância e da Juventude é competente para conceder a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo.

E. A Justiça da Infância e da Juventude é competente para conhecer todo e qualquer pedido de guarda de criança ou adolescente, inclusive quando não ocorra uma das hipóteses previstas no artigo 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Direito Civil

33. A Lei A, de vigência temporária, revoga expressamente a Lei B. Tendo a lei revogadora perdido a vigência, é certo que:

(A) a lei revogada é automaticamente restaurada, já que a lei revogadora é temporária, e, os seus efeitos estavam apenas suspensos.

(B) a lei revogada é automaticamente restaurada, já que não se pode ficar sem lei.

(C) a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência, porque não é admitido o princípio da comoriência.

(D) a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência, salvo disposição expressa neste sentido.

(E) como não existe lei de vigência temporária, a revogação da anterior nunca teria acontecido.

34. Transitada em julgado a sentença declaratória de nulidade absoluta ou relativa do casamento, o oficial do Cartório onde foi realizado o casamento deverá:

(A) cancelar o assento do casamento, em ambos os casos, já que este perdeu a validade.

(B) cancelar o assento do casamento nulo, e, averbar a anulação à margem do assento do casamento anulado.

(C) averbar a decisão à margem do assento no "Livro de Registro de Casamento", em ambos os casos.

(D) retificar o assento do casamento, fazendo constar a anulação ou nulidade do casamento.

(E) averbar a decisão no "Livro de Registro de Casamento Nulo e Anulável".

35. Dispõe o art. 78 do Código Civil que "nos contratos escritos, poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes". A disposição diz respeito ao:

(A) domicílio legal.

(B) domicílio necessário.

(C) domicílio profissional.

(D) domicílio voluntário.

(E) domicílio de adesão.

36. "É a cláusula que subordina o efeito do negócio jurídico, oneroso ou gratuito, a evento futuro ou incerto".

"É a cláusula que subordina os efeitos do ato negocial a um acontecimento futuro e certo".

"É a cláusula acessória aderente a atos de liberalidade *inter vivos* ou *causa mortis* que impõe um ônus ou uma obrigação ao contemplado pelos referidos atos".

Estas cláusulas são, respectivamente, de:

(A) encargo, condição e termo.

- (B) termo, encargo e condição.
- (C) termo, condição e encargo.
- (D) condição, encargo e termo.
- (E) condição, termo e encargo.

37. O art. 188 do Código Civil prevê três causas de exclusão de ilicitude, que não acarretam no dever de indenizar. São elas:

- (A) legítima defesa, erro substancial e estado de necessidade.
- (B) legítima defesa, estado de necessidade e dolo bilateral.
- (C) exercício regular de direito reconhecido, estado de necessidade e dolo bilateral.
- (D) exercício regular de direito reconhecido, estado de necessidade e erro substancial.
- (E) legítima defesa, exercício regular de direito reconhecido e estado de necessidade.

38. Segundo Pontes de Miranda, "a prescrição seria uma exceção que alguém tem contra o que não exerceu, durante um lapso de tempo fixado em norma, sua pretensão ou ação". É característica da prescrição:

- (A) correr contra os incapazes de que trata o art. 3.º do Código Civil.
- (B) ser reconhecida de ofício pelo juiz em qualquer caso.
- (C) poder ser alterada por acordo de partes.
- (D) não poder ser alegada em Segunda Instância, em nenhuma hipótese.
- (E) ser renunciável somente depois de consumada.

39. Os noivos, antes do casamento, realizam pacto antenupcial sobre o regime de bens. Mais tarde, o pacto antenupcial é declarado nulo por defeito de forma. Neste caso:

- (A) vigorará o regime obrigatório de separação de bens.
- (B) vigorará o regime da comunhão parcial de bens.
- (C) deverá ser realizado novo pacto antenupcial.
- (D) vigorará o regime da comunhão universal de bens.
- (E) o casamento também será nulo.

40. O direito à prestação alimentícia apresenta como característica ser:

- (A) irrenunciável, imprescritível e impenhorável.
- (B) personalíssimo, transferível e irrenunciável.
- (C) personalíssimo, imprescritível e compensável.

(D) irrenunciável, prescritível e impenhorável.

(E) personalíssimo, imprescritível e penhorável.

41. A sucessão *causa mortis* é a transferência, total ou parcial, de herança, por morte de alguém, a um ou mais herdeiros. A transmissão da herança, segundo o artigo 1784 do Código Civil se dá:

(A) no momento em que o herdeiro sabe da morte do *de cuius*.

(B) no momento em que o herdeiro aceita a herança.

(C) no momento da morte do *de cuius*.

(D) no momento da abertura do inventário.

(E) no momento da partilha.

42. Se o finado tinha dois filhos vivos e três netos, filhos do filho pré-morto, a herança será dividida:

(A) em três partes; as duas primeiras cabem aos dois filhos que herdaram por cabeça, e, a terceira parte será dividida pelos três netos que herdaram por representação ao pai falecido.

(B) em três partes; as duas primeiras cabem aos dois filhos que herdaram por direito de representação, e, a terceira parte será dividida pelos três netos que herdaram por cabeça no lugar do pai falecido.

(C) em cinco partes iguais, todos herdaram por cabeça já que são descendentes do finado.

(D) em duas partes, cabendo somente aos filhos a herança porque os descendentes mais próximos excluem os mais remotos.

(E) em três partes, cabendo somente aos netos a herança já que ficaram sem o pai e são protegidos pela lei.

43. "É o ato pelo qual o testador, conscientemente, torna ineficaz testamento anterior, manifestando vontade contrária à que nele se acha expressa".

"É a inutilização de testamento por perda de validade em razão da ocorrência de fato superveniente previsto em lei".

Com relação a testamento, são atos, respectivamente, de:

(A) revogação e rompimento.

(B) caducidade e rompimento.

(C) rompimento e revogação.

(D) revogação e caducidade.

(E) revogação e anulação.

44. A teoria da responsabilidade civil integra o direito obrigacional, pois a principal consequência prática de um ato ilícito é a obrigação que acarreta, para seu autor, de reparar o dano.

A lei prevê, no entanto, as excludentes da responsabilidade civil, que afastam a responsabilidade do agente porque:

- (A) descaracterizam a culpa.
 - (B) rompem o nexo de causalidade.
 - (C) excluem a autoria.
 - (D) afastam o dolo.
- E. tornam o dano incomprovável.

DIREITO ADMINISTRATIVO

45. A Constituição Federal, em seu artigo 37, caput, indica, de maneira expressa, os princípios da Administração Pública (direta e indireta), que são:

- (A) legalidade, veracidade, publicidade e motivação.
- (B) impessoalidade, razoabilidade e continuidade do serviço público.
- (C) legalidade, moralidade, publicidade e discricionariedade.
- (D) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (E) publicidade, veracidade, moralidade, discricionariedade e eficiência.

46. A Lei n.º 11.079, de 30.12.2004, criou a parceria público-privada (PPP). Por definição legal, a parceira público-privada é:

- (A) contrato administrativo de permissão.
- (B) contrato administrativo de concessão.
- (C) contrato administrativo de execução de obra pública.
- (D) ato administrativo de permissão.
- (E) ato administrativo de autorização.

47. No Brasil, adotou-se a responsabilidade objetiva do Estado, na modalidade "teoria do risco administrativo". Assim, é correto dizer que:

- (A) a vítima deve comprovar a culpa ou o dolo do agente público no evento lesivo.
- (B) a vítima terá direito de regresso em relação ao agente público causador do dano.

- (C) em nenhuma hipótese será perquirida a culpa ou dolo da vítima.
- (D) a indenização será devida independentemente da comprovação do dano.
- (E) deve ser comprovado o nexo causal entre o dano e a conduta do agente público.

48. O princípio da competitividade é peculiar à licitação, pois a competição favorece a obtenção da melhor proposta. Se à licitação comparecer apenas um interessado, o licitante deverá:

- (A) anular o edital, e, torná-lo mais claro para que outros interessados apareçam e haja competição.
- (B) republicar o edital até que novos interessados se habilitem e haja competição.
- (C) cancelar a etapa da habilitação e examinar desde logo a proposta com vistas à contratação imediata do único interessado.
- (D) apurar a habilitação normalmente, e, se habilitado o interessado a proposta será examinada como se outros disputantes houvesse.
- (E) apurar a habilitação normalmente, e, em seguida considerar automaticamente válida a proposta, por ser a única apresentada.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

49. Assinale a alternativa correta.

- (A) O Ministério Público tem legitimidade ativa para a defesa em juízo do piso vital mínimo.
- (B) O Ministério Público não tem legitimidade ativa para a defesa em juízo do piso vital mínimo.
- (C) Somente as associações civis têm legitimidade ativa para a defesa em juízo do piso vital mínimo.
- (D) Somente os partidos políticos têm legitimidade ativa para a defesa em juízo do piso vital mínimo.
- (E) Somente a União, os Estados e os Municípios têm legitimidade ativa para a defesa do piso vital mínimo.

50. O Estado democrático de direito e o juiz natural:

- (A) Não exigem necessariamente a imparcialidade do juiz para proferir decisões nos procedimentos de jurisdição voluntária.
- (B) Não exigem necessariamente a imparcialidade do juiz para proferir decisões nos processos contenciosos.
- (C) Exigem a imparcialidade do juiz para proferir decisões somente nos processos contenciosos(objetivos e subjetivos).
- (D) Exigem a imparcialidade do juiz para proferir decisões tanto nos processos contenciosos como nos procedimentos de jurisdição voluntária.

(E) Permitem a parcialidade do juiz destinada a realizar os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

51. O Habeas Data Ambiental:

- (A) Não admite medida liminar.
- (B) Admite medida liminar principalmente em face da tutela do patrimônio genético.
- (C) Não tem previsão no sistema processual brasileiro.
- (D) Pode ser usado por estrangeiro que não resida no País.
- (E) Pode ser usado somente por estrangeiros residentes no País.

52. A tese da desconsideração da coisa julgada:

- (A) Tem previsão claramente estabelecida no art. 467 do Código de Processo Civil.
- (B) Tem previsão claramente estabelecida no art. 103, I da Lei n.º 8.078/90.
- (C) Tem previsão claramente estabelecida no art. 16 da Lei n.º 7.347/95.
- (D) Tem previsão claramente estabelecida no art. 18 da Lei n.º 4.717/65.
- (E) Tinha previsão na Lei para a Intervenção do Ministério Público no Processo Civil assinada em 15 de julho de 1941 por Adolf Hitler dando poderes ao *parquet* para dizer se a sentença seria justa ou não, se atendia aos fundamentos do Reich alemão e aos anseios do povo alemão.

53. A ação de usucapião ambiental metaindividual prevista no Estatuto da Cidade:

- (A) Visa transformar os chamados bairros "espontâneos" em realidade jurídica sendo instrumento jurídico destinado a ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade.
- (B) Tem como legitimados ativos somente os possuidores em estado de comosse.
- (C) Tem como legitimados ativos somente as associações de moradores da comunidade.
- (D) Autoriza a intervenção do Ministério Público de forma facultativa.
- (E) É idêntica à ação de usucapião de terras particulares prevista nos arts. 941 a 945 do Código de Processo Civil.

54. A perícia complexa prevista no Código de Processo Civil:

- (A) Autoriza o juiz nomear mais de um perito e a parte indicar um assistente técnico.
- (B) Autoriza o juiz nomear um perito e a parte indicar mais de um assistente técnico.
- (C) Não se aplica ao Direito Processual vinculado ao direito das relações de consumo.
- (D) Não se encontra em consonância com o sistema de perícia única prevista no art. 421 do Código de Processo Civil.

(E) Foi prevista pelo legislador infraconstitucional exatamente em face de hipótese que abranja mais de uma área do conhecimento especializado como nas hipóteses previstas no Direito Processual Ambiental.

55. O prejudicado por ato doloso ou fraudulento praticado por representante do Ministério Público:

- (A) Não tem direito de ressarcir-se.
- (B) Tem direito de ressarcir-se por meio de ação dirigida contra o representante do Ministério Público.
- (C) Tem direito de ressarcir-se por meio de ação dirigida contra o poder público sendo certo que o membro do MP não será responsável perante o poder público.
- (D) Tem direito de ressarcir-se por meio de ação dirigida contra o poder público ficando o membro do Ministério Público responsável perante o poder público devendo indenizá-lo em regresso se tiver agido dolosamente.
- (E) Tem direito de ressarcir-se por meio de ação dirigida contra o poder público ficando o membro do Ministério Público responsável perante o poder público devendo indenizá-lo em regresso se tiver agido dolosa ou fraudulentamente no processo.

56. Responde por perdas e danos o juiz quando:

- (A) Retardar, com justo motivo, providência que deva ordenar de ofício.
- (B) Em nenhuma hipótese, na medida em que o conteúdo do art. 133 do Código de Processo Civil é inconstitucional.
- (C) Independentemente de estar no exercício de suas funções proceder com fraude.
- (D) Retardar sem justo motivo providência a requerimento da parte observando-se o que estabelece o parágrafo único do art. 133 do Código de Processo Civil.
- (E) Retardar sem justo motivo providência a requerimento da parte independentemente da prévia intimação apontada no parágrafo único do art. 133 do Código de Processo Civil em face do que estabelece o art. 5.º, LXXVIII da Constituição Federal.

57. Tem legitimidade ativa para propositura da ação popular ambiental:

- (A) Somente os brasileiros.
- (B) Brasileiros através dos partidos políticos.
- (C) Brasileiros e estrangeiros residentes no País.
- (D) Brasileiros e estrangeiros sendo despidendo o conteúdo do art. 12 da Constituição Federal.
- (E) Somente o Ministério Público.

58. No processo ambiental são requisitos básicos da petição inicial em face de suas especificidades:

(A) o juiz ou tribunal, a que é dirigida, o nome e a qualificação das partes, os fundamentos jurídicos do pedido e as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.

(B) o juiz a que é dirigida, o nome e qualificação das partes, o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, o valor da causa e o requerimento de citação do réu.

(C) o juiz ou tribunal a que é dirigida, o nome e a qualificação das partes, o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, o pedido e suas especificações, o valor da causa, as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e o requerimento de citação do réu.

(D) o juiz ou tribunal a que é dirigida, o nome e qualificação das partes, o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, o valor da causa, as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.

(E) o tribunal a que é dirigida, o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, o pedido e suas especificações e as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.

59. São princípios fundamentais dos recursos previstos no Código de Processo Civil:

(A) o duplo grau de jurisdição, a taxatividade, a singularidade, a infungibilidade e a garantia da *reformatio in peius*.

(B) o duplo grau de jurisdição, a taxatividade, a singularidade, a fungibilidade e a proibição da *reformatio in peius*.

(C) o duplo grau necessário de jurisdição, a taxatividade, a singularidade, a fungibilidade e a garantia da *reformatio in peius*.

(D) o duplo grau necessário de jurisdição, a ausência de taxatividade, a singularidade, a infungibilidade e a garantia da *reformatio in peius*.

(E) o duplo grau de jurisdição, a ausência de taxatividade, a singularidade, a infungibilidade e a proibição da *reformatio in peius*.

60. A dignidade da pessoa humana:

(A) Não é vetor interpretativo do Direito Processual Civil.

(B) Conformam e inspiram apenas as lides vinculadas ao art. 4.º da Constituição Federal.

(C) É princípio central do sistema jurídico brasileiro sendo significativo vetor interpretativo do direito processual civil.

(D) Conformam e inspiram basicamente o direito processual penal.

(E) É basicamente uma "arma" de argumentação, sem qualquer previsão significativa em nosso direito positivo, destinada a interpretar de forma parcial o direito processual civil.

61. A ação prevista no art. 461 do Código de Processo Civil:

(A) É condenatória sem caráter inibitório.

- (B) É condenatória com caráter inibitório não tendo eficácia executivo-mandamental.
- (C) É condenatória com caráter inibitório autorizando a emissão de mandado para execução específica e provisória da tutela de mérito ou de seus efeitos.
- (D) É condenatória sem caráter inibitório autorizando a emissão de mandado para execução específica e provisória da tutela de mérito ou de seus efeitos.
- (E) Não é condenatória, mas tem caráter inibitório autorizando a emissão de mandado para execução específica e provisória da tutela de mérito e seus efeitos.

62. Os recursos no sistema da Lei n.º 7.347/85:

- (A) Não se submetem ao regime recursal do Código de Processo Civil.
- (B) Têm, sempre, o efeito meramente devolutivo como regra geral.
- (C) Não se assemelham ao sistema recursal previsto na Lei n.º 9.099/95.
- (D) Não estabelecem poder ao juiz para conceder efeito suspensivo sendo inconstitucional o art. 14 da Lei n.º 7.347/85.
- (E) Têm disciplina própria, a saber, a Lei n.º 7.347/85 possui sistema recursal específico estruturado integralmente na Lei n.º 8.078/90.

63. A produção antecipada de provas prevista no Código de Processo Civil:

- (A) Precisa necessariamente conter a indicação da lide e de seus fundamentos.
- (B) Pode consistir tão somente em interrogatório da parte e inquirição de testemunhas.
- (C) Não se aplica ao direito das relações de consumo em decorrência das especificidades processuais existentes na Lei n.º 8.078/90.
- (D) Tem como finalidade permitir a efetiva produção de provas somente nas ações de conhecimento.
- (E) Tem como finalidade permitir a efetiva produção de provas em ação de conhecimento ou de execução.

64. A decretação da prisão civil do devedor de alimentos:

- (A) É permitida pelo art. 5.º, LXVII da Constituição Federal sendo meio coercitivo de forma a obrigá-lo a adimplir a obrigação.
- (B) Só pode ser decretada uma única vez.
- (C) É sempre decretada de ofício pelo juiz.
- (D) Não está autorizada no Pacto de San José da Costa Rica.
- (E) Está autorizada pelo Pacto de San José da Costa Rica mas não tem qualquer eficácia em nosso sistema jurídico na medida em que referido pacto não foi subscrito pelo Brasil.

65. A partir dos enunciados seguintes assinale a alternativa correta.

- (A) É legítima a quebra de sigilo bancário, por determinação de Comissão Parlamentar de Inquérito, desde que demonstrado o interesse público relevante, individualizado o investigado e o objeto da investigação, mantido o sigilo em relação às pessoas estranhas à causa e limitada a utilização de dados obtidos somente para a investigação que lhe deu causa.
- (B) A proteção do sigilo bancário não é absoluta, e, pode ser afastada, excepcionalmente, mediante determinação de autoridade estatal, uma vez respeitado o princípio da hierarquia que informa a Administração.
- (C) A proteção ao sigilo bancário constitui espécie do direito à intimidade e vida privada garantidos constitucionalmente; garantia absoluta que é, fica assegurada a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- (D) A inviolabilidade do sigilo bancário e fiscal é uma das garantias do indivíduo contra o arbítrio do Estado, porém, não é absoluta diante do interesse público, e pode ser quebrada, desde que haja determinação de autoridade estatal.
- (E) É legítima a quebra de sigilo bancário, por determinação de Comissão Parlamentar de Inquérito, quando há interesse público relevante, desde que individualizado o investigado e mantido o sigilo em relação às pessoas estranhas à causa, sendo possível o fornecimento de dados a outras autoridades que o solicitem para outras investigações.

66. Relativamente à Cláusula de Reserva de Plenário, assinale a alternativa correta.

- (A) Toda demanda que suscite questão constitucional deve ser apreciada, originalmente, pelo Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, sob pena de nulidade de julgamento.
- (B) Toda demanda que suscite questão constitucional deve ser apreciada, originalmente, pelo Supremo Tribunal Federal, que, somente pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros poderá declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- (C) Compete ao Supremo Tribunal Federal, privativamente, tanto em suas ações originárias, quanto no exercício de sua competência recursal, declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo pelo voto da maioria de seus ministros.
- (D) Somente pelo voto de 2/3 de seus membros poderão os Tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, sob pena de nulidade do julgamento.
- (E) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

67. Assinale a alternativa correta.

É competência privativa do Presidente da República:

- (A) Nomear e exonerar Ministros de Estado *ad referendum* do Senado Federal.
- (B) Sancionar, promulgar e fazer publicar leis e emendas constitucionais, bem como expedir documentos e regulamentos para sua fiel execução.

(C) Manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos, bem como celebrar tratados e convenções e atos internacionais desde que previamente aprovados pelo Congresso Nacional, com antecedência mínima de 30 dias.

(D) Conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei, podendo delegar tal atribuição ao Procurador-Geral da República.

(E) Editar medidas provisórias com força de lei, podendo delegar tal atribuição a Ministro de Estado, observados os limites traçados na respectiva delegação.

68. A Constituição Federal admite a intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal. Considere os enunciados seguintes:

I. A intervenção é ato privativo do Chefe do Poder Executivo, tem caráter excepcional, porém depende de autorização do Congresso Nacional no prazo de 48 horas.

II. A intervenção será decretada para: repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da federação em outra; por termo a grave comprometimento da ordem pública; garantir o exercício do direito de secessão e o livre exercício de qualquer dos Poderes da unidade da Federação; reorganizar as finanças da unidade da Federação que suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos ou deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas na Constituição; assegurar a observância dos princípios fundamentais proclamados na Constituição Federal.

III. A intervenção é ato político excepcional destinado a: manter o vínculo federativo; fazer respeitar a integridade territorial das unidades federadas; promover a unidade do Estado Federal; preservar a incolumidade dos princípios constantes da Constituição Federal, entre eles os direitos da pessoa humana, a autonomia Municipal, o direito de secessão e o regime democrático.

IV. A intervenção é ato político, de decretação exclusiva do Presidente da República, a quem incumbe a execução das medidas interventivas, e será determinada em caso de secessão.

V. A intervenção federal será decretada para: manter a integridade nacional; repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação por outra; por termo a grave comprometimento da ordem pública; garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação; prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial; reorganizar as finanças da unidade da Federação que suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior ou deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas na Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei; assegurar a observância dos princípios fundamentais constitucionais discriminados na Constituição Federal.

(A) São verdadeiros os enunciados I e II.

(B) São verdadeiros os enunciados IV e V.

(C) São falsos os enunciados I, IV e V.

(D) É verdadeiro apenas o enunciado I.

(E) É falso apenas o enunciado IV.

69. Assinale a alternativa correta.

Compete privativamente à União:

- (A) Registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.
- (B) Legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- (C) Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas com deficiência.
- (D) Legislar sobre trânsito e transporte.
- (E) Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

70. Assinale a alternativa incorreta.

O art. 5.º da Constituição Federal assegura o seguinte:

- (A) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- (B) é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados a plenitude de defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.
- (C) as associações não poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas.
- (D) são assegurados, nos termos da lei, a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas e o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas.
- (E) a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país.

71. Assinale a alternativa incorreta.

Além de outras funções cometidas nas Constituições Federal, Estadual, na Lei Orgânica e demais leis, compete ao Ministério Público, dentro de suas esferas de atribuições:

- (A) propor ação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, em face à Constituição Estadual e ingressar em juízo, de ofício, para responsabilizar os gestores do dinheiro público condenados por tribunais e conselhos de contas.
- (B) promover, privativamente, a ação penal pública, interpondo recursos cabíveis, inclusive ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça.
- (C) ajuizar ações de responsabilidade por danos causados aos investidores no Mercado de Valores Mobiliários ou de responsabilidade de ex-administradores de instituições financeiras sob intervenção ou liquidação extrajudicial, bem como ação revocatória em caso de falência.

(D) exercer a fiscalização dos estabelecimentos prisionais e dos que abriguem idosos, menores, incapazes ou pessoas com deficiência.

(E) oficiar junto à Justiça Eleitoral de primeira Instância, atender a qualquer do povo, tomando as providências cabíveis, sendo-lhe vedada a impetração de *habeas corpus*.

72. Considerando a competência privativa da União para legislar sobre jazidas, minas e outros recursos minerais, é possível afirmar que:

(A) O minerador, privado ou público, não necessita de autorização ambiental do Estado nem se submete ao poder de polícia e sanções administrativas deste ente federado, cabendo apenas à União impor sanções em caso de lesão ao meio ambiente.

(B) O minerador privado necessita de autorização ambiental do Estado e se submete ao poder de polícia e sanções administrativas deste ente federado, se for lesiva ao meio ambiente.

(C) O minerador, privado ou público, necessita de autorização ambiental do Estado e se submete ao poder de polícia e sanções administrativas deste ente federado, se for lesiva ao meio ambiente.

(D) O minerador, privado ou público, necessita de autorização ambiental do Estado, com necessidade de caução hipotecária se particular e caução fidejussória se público, e se submete ao poder de polícia e sanções administrativas deste ente federado, se for lesiva ao meio ambiente.

(E) O minerador privado necessita de autorização ambiental do Estado, com necessidade de caução fidejussória, e se submete ao poder de polícia e sanções administrativas deste ente federado, se for lesiva ao meio ambiente.

Direito Comercial

73. Considere os seguintes enunciados:

I. A decretação da falência das concessionárias de serviços públicos implica extinção da concessão, na forma da lei.

II. O devedor poderá requerer a homologação em juízo do plano de recuperação extrajudicial que obriga a todos os credores por ele abrangidos, desde que assinado por credores que representem mais de 3/5 de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos.

III. No procedimento para a decretação de falência, citado, o devedor poderá apresentar contestação no prazo de 15 dias, podendo, ainda, no mesmo prazo, depositar o valor correspondente ao total do crédito, acrescido de correção monetária, juros e honorários advocatícios, hipótese em que a falência não será decretada.

IV. Os créditos derivados de legislação trabalhista, ainda que cedidos a terceiros, terão preferência sobre os demais, limitados os valores, porém, a 150 salários mínimos por credor.

V. Na falência, as cláusulas penais dos contratos unilaterais não serão atendidas se as obrigações neles estipuladas se vencerem em virtude da quebra.

- (A) São verdadeiros os enunciados I e II, mas o enunciado V é falso.
- (B) São verdadeiros os enunciados I, II e IV.
- (C) São falsos os enunciados III e IV.
- (D) São falsos os enunciados I, IV e V.
- (E) São verdadeiros os enunciados II, III e IV.

74. A decretação da falência:

- (A) não suspende o exercício do direito de retenção sobre os bens sujeitos à arrecadação, os quais deverão ser entregues ao administrador judicial, mas suspende o exercício do direito de retirada ou de recebimento do valor de suas quotas ou ações, por parte dos sócios da sociedade falida.
- (B) suspende o exercício do direito de retenção sobre os bens sujeitos à arrecadação, os quais deverão ser entregues ao administrador judicial, mas não suspende o exercício do direito de retirada ou de recebimento do valor de suas quotas ou ações, por parte dos sócios da sociedade falida.
- (C) não suspende o exercício do direito de retenção sobre os bens sujeitos à arrecadação, os quais deverão ser entregues ao administrador judicial, nem o exercício do direito de retirada ou de recebimento do valor de suas quotas ou ações, por parte dos sócios da sociedade falida.
- (D) suspende o exercício do direito de retenção sobre os bens sujeitos à arrecadação, os quais deverão ser entregues ao administrador judicial, e o exercício do direito de retirada ou de recebimento do valor de suas quotas ou ações, por parte dos sócios da sociedade falida.
- (E) suspende o exercício do direito de retenção sobre os bens sujeitos à arrecadação, os quais deverão ser entregues ao juiz da falência em 10 dias da decretação, e o exercício do direito de retirada ou de recebimento do valor de suas quotas ou ações, por parte dos sócios da sociedade falida.

75. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O comprador só poderá deixar de aceitar a duplicata por motivo de avaria ou não-recebimento das mercadorias, quando não expedidas ou não entregues por sua conta e risco; vícios, defeitos e diferenças na qualidade ou na quantidade das mercadorias, devidamente comprovados; divergência nos prazos ou nos preços ajustados.
- (B) Uma letra de câmbio pode ser sacada à vista, a um certo termo de vista, a um certo termo de data e pagável num dia fixado, com vencimentos diferentes e vencimentos sucessivos.
- (C) A nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito não goza de autonomia em razão da iliquidez do título que a originou.
- (D) O avalista do título de crédito vinculado a contrato de mútuo também responde pelas obrigações pactuadas, quando no contrato figurar como devedor solidário.
- (E) O contrato de abertura de crédito, ainda que acompanhado de extrato da conta-corrente, não é título executivo.

76. É correto afirmar que o estabelecimento pode ser:

(A) objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos translativos, que sejam compatíveis com a sua natureza; e, no caso de alienação, se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresso, em trinta dias a partir de sua notificação.

(B) objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos translativos, que sejam compatíveis com a sua natureza; e, no caso de alienação, se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresso ou tácito, em trinta dias a partir de sua notificação judicial.

(C) objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza; e, no caso de alienação, se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresso ou tácito, em trinta dias a partir de sua notificação.

(D) objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza; e, no caso de alienação, ainda que ao alienante restem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresso, em trinta dias a partir de sua notificação judicial.

(E) objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos translativos, que sejam compatíveis com a sua natureza; e, no caso de alienação, ainda que ao alienante restem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresso, em trinta dias a partir de sua notificação judicial.

77. Em relação à dissolução da sociedade, o Ministério Público atuará se:

(A) ocorrer a extinção, na forma da lei, de autorização para funcionar e, tão logo lhe comunique a autoridade competente, promoverá a liquidação judicial da sociedade, se os administradores não o tiverem feito nos trinta dias seguintes à perda da autorização, ou se o sócio não houver requerido a liquidação judicial.

(B) exaurido o fim social, ou verificada a sua inexecutabilidade, e, tão logo tome conhecimento por qualquer interessado, promoverá a liquidação judicial da sociedade, se os administradores não o tiverem feito nos trinta dias seguintes à perda da autorização, ou se o sócio não houver requerido a liquidação judicial.

(C) ocorrer a falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de cento e oitenta dias, e, tão logo tome conhecimento, promoverá a liquidação judicial da sociedade, se os administradores não o tiverem feito nos trinta dias seguintes à perda da autorização, ou se o sócio não houver requerido a liquidação judicial.

(D) exaurido o fim social, ou verificada a sua inexecutabilidade, ou se ocorrer a falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de cento e oitenta dias, e, tão logo tome conhecimento, promoverá a liquidação judicial da sociedade, se os administradores não o tiverem feito nos trinta dias seguintes à perda da autorização, ou se o sócio não houver requerido a liquidação judicial.

(E) ocorrer a extinção, na forma da lei, de autorização para funcionar ou se exaurido o fim social, ou verificada a sua inexecutabilidade, e, tão logo lhe comunique a autoridade competente, promoverá a liquidação judicial da sociedade, se os administradores não o

tiverem feito nos trinta dias seguintes à perda da autorização, ou se o sócio não houver requerido a liquidação judicial.

78. A Circular de Oferta de Franquia deverá ser entregue ao candidato a franqueado no prazo mínimo de:

(A) 15 dias antes da assinatura do contrato de franquia ou ainda do pagamento de qualquer tipo de taxa pelo franqueado ao franqueador ou a empresa ou pessoa ligada a este, sob pena de nulidade do contrato e obrigação de devolução de todas as quantias que o franqueado já houver pago ao franqueador, devidamente corrigidas pela variação da remuneração básica dos depósitos de poupança mais perdas e danos.

(B) 15 dias antes da assinatura do contrato ou pré-contrato de franquia ou ainda do pagamento de qualquer tipo de taxa pelo franqueado ao franqueador ou a empresa ou pessoa ligada a este, sob pena de nulidade do contrato e obrigação de devolução de todas as quantias que o franqueado já houver pago ao franqueador, devidamente corrigidas pela variação da remuneração básica dos depósitos de poupança mais perdas e danos.

(C) 30 dias antes da assinatura do contrato de franquia ou ainda do pagamento de qualquer tipo de taxa pelo franqueado ao franqueador ou a empresa ou pessoa ligada a este, sob pena de nulidade do contrato e obrigação de devolução de todas as quantias que o franqueado já houver pago ao franqueador ou a terceiros por ele indicados, devidamente corrigidas pela variação da remuneração básica dos depósitos de poupança mais perdas e danos.

(D) 10 dias antes da assinatura do contrato ou pré-contrato de franquia, ou, ainda, do pagamento de qualquer tipo de taxa pelo franqueado ao franqueador, ou, a empresa ou pessoa ligada a este, sob pena de anulabilidade do contrato e obrigação de devolução de todas as quantias que o franqueado já houver pago ao franqueador, ou, a terceiros por ele indicados, devidamente corrigidas pela variação da remuneração básica dos depósitos de poupança mais perdas e danos.

(E) 10 dias antes da assinatura do contrato de franquia ou ainda do pagamento de qualquer tipo de taxa pelo franqueado ao franqueador ou a empresa ou pessoa ligada a este, sob pena de nulidade do contrato e obrigação de devolução de todas as quantias que o franqueado já houver pago ao franqueador, devidamente corrigidas pela variação da remuneração básica dos depósitos de poupança mais perdas e danos.

79. Assinale a alternativa incorreta.

(A) A cobrança antecipada do valor residual garantido (VRG) não descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil.

(B) A notificação destinada a comprovar a mora nas dívidas garantidas por alienação fiduciária dispensa a indicação do valor do débito.

(C) A purga da mora, nos contratos de alienação fiduciária, só é permitida quando já pagos pelo menos 40% do valor financiado.

(D) A terceiro de boa-fé não é oponível a alienação fiduciária não anotada no Certificado de Registro do veículo automotor.

(E) O contrato de alienação fiduciária em garantia não pode ter por objeto bem que já integrava o patrimônio do devedor.

80. Considere os seguintes enunciados:

I. A falência do locador não resolve o contrato de locação e, na falência do locatário, o administrador judicial pode, a qualquer tempo, denunciar o contrato, proibida a desistência em ação renovatória.

II. Na promessa de compra e venda de imóveis, aplicar-se-á a legislação respectiva.

III. Os patrimônios de afetação, constituídos para cumprimento de destinação específica, obedecerão ao disposto na legislação respectiva, permanecendo seus bens, direitos e obrigações separados dos do falido até o advento do respectivo termo ou até o cumprimento de sua finalidade, ocasião em que o administrador judicial arrecadará o saldo a favor da massa falida ou inscreverá na classe própria o crédito que contra ela remanescer.

IV. Na falência do espólio, sem suspensão do processo de inventário, caberá ao administrador judicial a realização de atos pendentes em relação aos direitos e obrigações da massa falida.

V. O mandato conferido pelo devedor, antes da falência, para a realização de negócios, cessará seus efeitos com a decretação da falência, cabendo ao mandatário prestar contas de sua gestão e o mandato conferido para representação judicial do devedor continua em vigor até que seja expressamente revogado pelo administrador judicial.

(A) Os enunciados I e II são falsos.

(B) Os enunciados II, III e V são verdadeiros.

(C) O enunciado I é verdadeiro e os enunciados II e III são falsos.

(D) Os enunciados IV e V são falsos.

(E) O enunciado I é falso e os enunciados II e IV são verdadeiros.